



A coragem de

A capital que popularizou o OP trata a negociação entre interesses conflitantes como uma prática do dia-a-dia

Em 1988, quando Olívio Dutra ganhou as eleições municipais de Porto Alegre, pouquíssimos apostariam que aquele partido liderado por sindicalistas e por antigos militantes do movimento estudantil, “sem nenhuma experiência administrativa”, completaria 16 anos ininterruptos no governo da capital gaúcha. Naquela época, pesava na bolsa de apostas a bomba de efeito retardado que o PT recebeu junto com as chaves do belo prédio em estilo eclético, com adereços

positivistas, encravado no centro da cidade. O antecessor de Olívio, Alceu Collares, saiu da prefeitura dando um aumento para o funcionalismo público municipal que fez com que 98% dos recursos de Porto Alegre ficassem comprometidos com a folha de pagamentos ou com contratos já firmados.

Eleito com o slogan “Coragem de mudar” e com o princípio da “inversão das prioridades”, ou seja, aplicar na periferia da cidade uma boa parte do dinheiro que antes se destinava às regiões



CCS/PVIPA

Delegada do OP de Porto Alegre faz pausa para o chimarrão

mudar sempre

mais ricas, o PT se viu diante de um sério impasse. Já existia em Porto Alegre, àquela altura, um forte movimento comunitário, a postos para cobrar as promessas dos recém-eleitos. “Se não fosse capaz de organizar a expectativa da população, o governo não passaria do primeiro mandato”, lembra André Passos, coordenador-geral do Gabinete de Planejamento do atual prefeito, João Verle. A saída foi mostrar à população o estado de calamidade das contas públicas – o que foi feito da maneira mais prosaica possível. “Foram colocados enormes painéis em ônibus estacionados na frente da prefeitura e, depois, botaram os ônibus para andar pela cidade”, recorda Passos, rindo.

Na etapa seguinte, fizeram-se reuniões com as associações de bairro. Nos encontros, explicava-se o que aqueles números representavam e, portanto, a dificuldade de pôr o plano de governo em prática diante da péssima situação financeira do município. Foi dessa prestação de contas que a administração petista teve a idéia de discutir com a população o que fazer com o orçamento da cidade, abrindo mão, até certo ponto, do seu poder legitimado pelas urnas. Além da vontade política, outro elemento essencial para a viabilização desse processo foi a existência de um movimento comunitário reivindicativo, mobilizado e autônomo. Em cima

desses dois pilares, a experiência do Orçamento Participativo (OP) passou a ser o coração da administração popular de Porto Alegre, como referência obrigatória em todas as decisões.

Credibilidade – Coordenador do Órgão responsável pela elaboração do orçamento municipal a partir do que é decidido no OP, André Passos explica que a população de Porto Alegre pode discutir 100% dos gastos da prefeitura, e não só o que vai ser investido na melhoria da cidade. Isso inclui despesas com o pessoal, dívidas, contratos com as em-

presas prestadoras de serviço e muitos outros itens. No caso da folha de pagamentos dos funcionários, foi criada uma comissão tripartite (governo, conselho do OP e sindicatos dos servidores municipais) para analisá-la. Esse grupo também tem o poder de decidir sobre a criação de novos cargos públicos.

De 1990 a 2003, de acordo com um levantamento da prefeitura, 82% das obras decididas pelo OP foram concluídas. Das restantes, 1% esbarrou em problemas judiciais e 17% estavam em andamento ou em discussão. O atendimento às demandas da população se refletiu numa escalada de participação. O OP, que em 1990 reuniu 976 pessoas – “desconfiadas”, segundo Passos –, cresceu para cerca de 50 mil no ano passa-



O direito de ter endereço

Casada, mãe de seis filhos e avó de 14 netos, a lavadeira aposentada **Nelci Seixas Alves**, de 84 anos, começou a freqüentar o Orçamento Participativo em 1991. Delegada desde 1996, hoje é conhecida por toda a cidade e comemora, enfim, a conquista de uma demanda que vinha se arrastando há vários anos: a construção das casas para os moradores da Vila Zero Hora, onde vivem 230 famílias. Aprovada no OP de 1992, a urbanização da favela não pôde ser atendida devido ao grande adensamento de casas na pequena área. Mas a comunidade não desistiu e conquistou em 2000 a verba para o reassentamento na mesma região onde está situada há muitos anos, no centro de Porto Alegre. Para garantir moradia a todas as famílias na área disponível, o Condomínio Princesa Isabel, cujas obras começaram em abril, será verticalizado. Serão 230 apartamentos. Após tantos anos de luta, Dona Nelci está contente: “As pessoas vão ter como comprovar o endereço e poder abrir crediário. Facilita até para arrumar emprego”.



Débora Lerrer



Rejeitado pela classe média, o sambódromo foi para um bairro popular

do. Até chegar à escolha das obras e serviços que receberão investimentos, os participantes do OP passam por diversas fases, que vão de março a setembro: reuniões, debates nas comunidades, assembléias, eleição de prioridades e votação da matriz orçamentária.

A primeira reforma do OP ocorreu no I Congresso da Cidade, em 1994, quando, além de manter as 16 Assembléias Regionais, criaram-se assembléias temáticas, que hoje são seis: Desenvolvimento Econômico, Tributário e Turismo; Saúde e Assistência Social; Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Educação, Esporte e Lazer; Cultura; Circulação e Transporte.

Sambódromo gaúcho – A transparência nas decisões e o incentivo à participação direta dos moradores se aplicam também no dia-a-dia das obras. É o caso da construção da Terceira Perimetral. Principal obra estrutural da cidade dos últimos 15 anos, essa avenida ligará a zona norte à zona sul, passando por 20 bairros e diminuindo em 20% o tempo de viagem entre essas regiões. Se, por um lado, o governo petista vai colher os aplausos por ser responsável pela obra, prevista desde 1959, por outro lado os transtornos com sua construção tendem a causar atritos. Graças aos canais de diálogo abertos pela prefeitura, o impacto urbano se tornou mais palatável. A cada

trecho da obra, as comunidades do entorno são chamadas para reuniões em que são esclarecidas as dúvidas.

O método petista de governar foi colocado à prova nos mais de dez anos de debates para construir a versão gaúcha do sambódromo carioca. Como o Carnaval não faz parte das tradições locais, optou-se por um outro nome: Complexo Cultural Pista de Eventos. A folia porto-alegrense é ignorada por uma grande parcela da população que faz o possível para sumir da cidade em fevereiro, buscando na praia um refresco para o verão escaldante. Entretanto, a cidade também abriga carnavalescos fanáticos. São, ao todo, 24 escolas de samba e “tribos”, com 22.400 integrantes, moradores das regiões mais pobres. A primeira opção era construir a Pista de Eventos no Centro, mas houve resistência aguerrida dos Centros de Tradições Gaúchas, que não queriam barulho perto de seu reduto, o Parque Harmonia. Os moradores dos bairros Menino Deus e Humaitá, outras opções, também rejeitaram a obra.

Diante da impressionante articulação contrária, a prefeitura levou a discussão para a Câmara de Vereadores, onde foram feitos seminários explicando o projeto para ver se surgia alguma comunidade interessada em recebê-lo. Essa estratégia acabou suscitando a candidatura do bairro da Restinga, no sul da cidade, e da região do Porto Seco, no extremo oposto, ambos com grande população de baixa renda. Cada qual viu a construção da Pista de Eventos como uma oportunidade de ter acesso também aos cursos profissionalizantes, oficinas culturais, restaurantes, posto de saúde e delegacia. A prefeitura optou pelo Porto Seco, mais acessível. A obra já trouxe benefício para a comunidade só com a sua construção: 60% das pessoas que trabalham no empreendimento moram na região.

Débora Lerrer, de Porto Alegre